

Concurso interno de ingresso para preenchimento de 2 postos de trabalho da carreira não revista de Especialista de Informática com a categoria de Especialista de Informática do grau 1, nível 2, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a Unidade de Sistemas de Informação

ATA NÚMERO UM

Aos 13 dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, nas instalações da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., sitas na Av. 5 de outubro, n.º 153, em Lisboa, reuniu o júri do concurso identificado em epígrafe, estando presentes: -----

- Presidente: João Manuel Cordeiro Morgado, Diretor da Unidade de Sistema de Informação, I.P.; -----
- Primeiro Vogal Efetivo: César Gaspar Melo da Rosa, Coordenador do Núcleo Sistema de Informação Acordo de Parceria; -----
- Segundo Vogal Efetivo: António Manuel Graça Lopes Miguéns, Coordenador do Núcleo Sistema de Informação FSE. -----

1. A reunião do júri obedeceu à seguinte ordem de trabalhos: -----

- a) Definir os critérios de admissão/exclusão dos candidatos; -----
- b) Fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final dos métodos de seleção *prova de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de seleção*; -----
- c) Elaborar os modelos das fichas de *prova de conhecimentos, avaliação curricular e da entrevista profissional de seleção*. -----

2. Relativamente às alíneas anteriores, o júri deliberou: -----

- I. Adotar, como critérios de admissão/exclusão dos candidatos a verificação dos requisitos previstos na lei, bem como a formalização das candidaturas nos termos e no prazo estabelecidos; -----
- II. Fixar os parâmetros de avaliação, ponderação, grelha classificativa e sistema de valoração final dos métodos de seleção *prova de conhecimentos, avaliação curricular e entrevista profissional de seleção*; -----
- III. Serão utilizados, como métodos de seleção obrigatórios, a avaliação curricular (com carácter eliminatório), a prova de conhecimentos (com carácter eliminatório) e a entrevista profissional de seleção (sem carácter eliminatório),

sendo o ordenamento final dos candidatos expresso de 0 a 20 valores, até às centésimas, de acordo com as seguintes fórmulas: -----

$CF = AC \ 30\% + PC \ 40\% + EPS \ 30\%$ -----

em que: CF = Classificação Final; AC = Avaliação Curricular; PC = Prova de Conhecimentos; EPS = Entrevista Profissional de Seleção; -----

- IV. No âmbito da aplicação dos métodos de seleção, considerar-se-ão não aprovados os candidatos que nas fases ou métodos de seleção eliminatórios ou na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores, de acordo com o estipulado no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho; -----
- V. No que respeita ao método de seleção Prova de Conhecimentos Específicos (PC), a mesma revestirá a forma escrita, terá natureza teórica, a duração máxima de 90 minutos, não sendo permitida a consulta de legislação, de bibliografia ou qualquer outra documentação; -----
- VI. Será classificada de 0 a 20 valores, sendo eliminados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,50 valores, e terá a ponderação de 40%; -----
- VII. A prova irá conter questões de escolha múltipla; -----
- VIII. A prova de conhecimentos específicos realizar-se-á em data e hora a divulgar oportunamente, sendo os candidatos convocados nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho; -----
- IX. Para a Prova de Conhecimentos, a legislação e bibliografia recomendadas são as seguintes:-----

Legislação: -----

- Decreto-Lei nº 140/2013, de 18 de outubro; -----
- Portaria nº 351/2013, de 4 de dezembro; -----
- Orgânica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., aprovada pelo Decreto-Lei nº 140/2013, de 18 de outubro; -----
- Estatutos da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., aprovados pela Portaria nº 351/2013, de 4 de dezembro; -----
- Modelo de Governação dos FEEI – Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro. -

Bibliografia: -----

- Gouveia, F., (2014), Fundamentos de Bases de Dados, FCA – Editora de Informática, Lda.; -----
- Magalhães, A., (2015), SQL Server 2014 - Curso Completo, FCA – Editora de Informática, Lda.; -----

- Santos, M., Ramos, I., (2009), Business Intelligence - Tecnologias da Informação na Gestão de Conhecimento, FCA – Editora de Informática, Lda.; -----
- Martin, J.R., Navas (2008), Engenharia de Gestão de Projetos, FCA – Editora de Informática, Lda.; -----

XII. Em relação ao método Avaliação Curricular (AC), nos termos do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, serão considerados e ponderados os seguintes fatores: -----

- Habilitações Literárias (HL); -----
- Formação Profissional (FP) relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função; -----
- Experiência Profissional (EP) com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho em causa e o grau de complexidade das mesmas; -----
- Avaliação de Desempenho (AD), em que serão consideradas as avaliações de desempenho relativas aos últimos 3 anos, em que o candidato executou atividade idêntica à do posto de trabalho a ocupar, nos termos do n.º 3, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho; -----
- Para o efeito, o júri aprovou a seguinte fórmula e os correspondentes critérios de avaliação: -----

$$AC = \frac{HL + FP + 2EP + AD}{5}$$

5

XIII. Critérios de avaliação: -----

- No fator **habilitações literárias (HL)**, o júri deliberou considerar a graduação da seguinte forma: -----
 - Mestrado em Informática – 20 valores; -----
 - Licenciatura no domínio da Informática – 19 valores; -----
- No fator **formação profissional (FP)** serão consideradas e ponderadas, de acordo com a respetiva duração, as ações de formação, diretamente relacionadas com a área funcional do posto de trabalho a ocupar, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2, do art.º 22, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, considerando-se de interesse os cursos diretamente relacionados com o exercício das competências do posto de trabalho a ocupar, o júri não considerará outras ações de formação

por entender que as mesmas não têm interesse direto para a referida área, bem como não atribuirá pontuação àquelas cuja frequência não seja documentalmente comprovada. -----

Só serão consideradas as ações de formação que decorreram há menos de cinco anos a contar da data de publicação do aviso de abertura em Diário da República. -----

A pontuação será atribuída de **0 a 20 valores**, de acordo com os seguintes critérios: -----

- Pós-Graduação na área, **3 valores**; -----
- Ações de formação com duração superior a 30 horas, **2 valores**; --
- Ações de formação com duração igual ou inferior a 30 horas, **1 valor**; -----
- Às ações de formação cuja duração é expressa em dias, aplica-se a escala de conversão de 1 dia/7 horas; -----
- No caso de não ser referida a duração da ação de formação no respetivo certificado, a mesma será pontuada como ação com duração inferior a 30 horas. -----

A classificação do fator FP será a que resultar da soma das pontuações parcelares atribuídas, com o limite máximo de 20 valores; -----

c) No fator experiência profissional (EP), valorizado de 0 a 20 valores, considerar-se-á a experiência profissional específica, diretamente relacionada com o exercício das competências elencadas no Aviso, concretamente a experiência profissional na área das competências definidas para a Unidade de Sistemas de Informação da Agência, através da ponderação dos seguintes subfactores, com as pontuações abaixo mencionadas: -----

- **Qualidade da Experiência (Q)** - de 0 a 16 valores, resultando a valoração desta, do somatório das seguintes pontuações parcelares, convertendo-se para o limite máximo de 16 valores eventuais pontuações superiores: -----
 - 1) Administração de SGBD Microsoft SQL Server 2012 ou superior (0/3 valores); -----
 - 2) SQL (DML e DDL) e Modelação em UML: Diagrama de Classes 0/3 valores); -----

- 3) Experiência em gestão de projeto (0/4 valores); -----
- 4) Administração de Sistemas Plataforma Microsoft Windows (0/3 valores); -----
- 5) Ausência de experiência nas áreas antecedentes (0 valores);

• À pontuação obtida em **Q** acrescerá a pontuação de 0 a 3 valores pela seguinte forma, segundo a **Relevância dos Trabalhos Realizados (R)**: -----

- 1) *Nível Relevante* - Realização de trabalhos de especial relevo e complexidade em qualquer das áreas elencadas nos números 1) a 4) antecedentes do subfactor Q - 0/3 valores; -
- 2) *Nível bom* - Realização de trabalhos nas áreas elencadas em qualquer dos números 1) a 4) antecedentes do subfactor Q, demonstrativos da posse de experiência/conhecimentos considerados adequados ao bom desempenho do posto de trabalho - 0/2 valores; -----
- 3) *Nível suficiente* - Realização de trabalhos em qualquer das áreas elencadas nos números 1) a 4) antecedentes do subfactor Q, demonstrativos da posse de alguma experiência/conhecimentos necessários ao normal desempenho do posto de trabalho - 0/1 valor; -----
- 4) *Nível insuficiente* - Ausência de trabalhos nas condições elencadas nos números 1), 2) e 3) antecedentes, do subfactor R - 0 valores; -----

• À pontuação assim obtida, acresce ainda a pontuação de 0 a 1 valores, resultante da **Duração da Experiência (D)**, nas áreas elencadas nos números 1) a 4) antecedentes do subfactor Q: -----

- 1) Superior a 1 ano - 1 valor; -----
- 2) Até 1 ano - 0,5 valor; -----
- 3) Sem experiência - 0 valores. -----

A valorização final da EP, expressa de 0 a 20 valores, resultará da aplicação da fórmula seguinte: -----

$$EP = Q + R + D$$

Em relação ao método **entrevista profissional de seleção (EPS)**, fator de avaliação específico a que se refere o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º

204/98, de 11 de julho, serão considerados e ponderados os seguintes fatores: Experiência Profissional (EP), Valorização e Atualização Profissionais (VAP), Aspectos Comportamentais, Capacidade de Comunicação e Relacionamento Interpessoal (ACC): -----

$$EPS = \underline{EP + VAP + ACC}$$

3

Em que: -----

- **(EP) Experiência profissional**, em que se analisará e ponderará o exercício de atividades idênticas ou afins ao conteúdo funcional do posto de trabalho a prover, designadamente do ponto de vista da sua complexidade e nível de responsabilidade; -----
- **(VAP) Valorização e atualização profissionais**, em que se determinarão e apreciarão os esforços e o interesse revelados pelos candidatos em realizar-se e aperfeiçoar-se profissionalmente de forma sistemática em áreas relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho a prover; -----
- **(ACC) Aspectos comportamentais, capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal**, em que se analisará e ponderará a sequência lógica do raciocínio, a capacidade de comunicação, a capacidade de relacionamento interpessoal e ainda, o comportamento revelado pelo candidato na entrevista. -----

Cada um dos fatores será avaliado, tendo presente a caracterização do posto de trabalho a ocupar, compreendendo cinco níveis de hierarquização. Assim, a Entrevista Profissional de Seleção, de carácter público, é avaliada, em cada parâmetro, segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, conforme abaixo discriminados, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo o resultado final obtido através de média aritmética simples das classificações dos parâmetros. Para esse efeito, será elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada: -----

- **Elevado** - O candidato transmite as suas ideias com assinalável espontaneidade, apresentando um discurso exceccionalmente bem estruturado, fluente e claro e manifesta grande profundidade na abordagem das questões relativamente ao fator considerado - 20 valores;
 - **Bom** - O candidato transmite ideias claras, num discurso bastante fluente, devidamente correlacionadas e congruentes no que respeita às questões abordadas, revelando já assinalável nível de comunicação e informação no que concerne ao fator considerado - 16 valores; -----
 - **Suficiente** - O candidato consegue transmitir ideias bastante aceitáveis relativamente às questões abordadas e ao fator considerado - 12 valores;
 - **Reduzido** - O candidato transmite um mínimo de ideias aceitáveis relativamente às questões abordadas e ao fator considerado; todavia revelam-se vagas e inseguras no que concerne ao fator considerado - 8 valores; -----
 - **Insuficiente** - O candidato transmite algumas ideias relativas às questões abordadas, mas estas apresentam-se desconexas, confusas, ou não consegue transmitir qualquer ideia a respeito do fator considerado - 4 valores. -----
- c) A valoração do fator **avaliação de desempenho (AD)**, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, resultará da média aritmética simples das expressões quantitativas das avaliações de desempenho obtidas no último período, não superior a 3 anos, em que o candidato executou atividade idêntica à do posto de trabalho a ocupar, com conversão para a escala de 0 a 20, mediante multiplicação pelo fator 2 ou pelo fator 4, consoante se trate de classificações de serviço ou de avaliações de desempenho no âmbito de Decreto Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de junho, ou da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, respetivamente, sendo consideradas apenas as avaliações de desempenho que respeitem ao exercício de funções idênticas. -----
- Aos candidatos que possuem avaliações, mas não se reportam a funções similares, o júri deliberou atribuir a pontuação 2. -----
- Ainda, relativamente aos candidatos que por razões que não lhe sejam imputáveis, não possuem avaliação do desempenho relativa ao

cert
A

período a considerar, é atribuída a pontuação positiva igual a 2, correspondente a desempenho adequado, conforme determina a alínea b), do n.º 1, do art.º 37º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro; -----

XIV. Por último, o júri deliberou aprovar os modelos da Ficha de Avaliação Curricular (AC), da Ficha de Entrevista Profissional de Seleção (EPS) e da Ficha de Classificação Final (CF), juntando como anexos I, II e III, respetivamente, as quais fazem parte integrante da presente Ata. -----

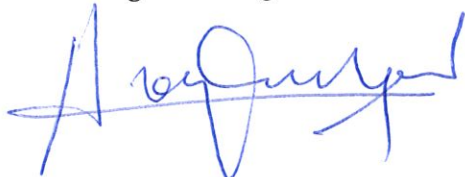
Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, de que se lavrou a presente Ata, a qual, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do júri presentes. -----

Presidente

Primeiro Vogal Efetivo



Segundo Vogal Efetivo



[Handwritten signature]

Ficha de Entrevista Profissional de Seleção

Concurso: Aviso nº

Perfil: Especialista de Informática

Data da Entrevista: _____

Nome: _____

Parâmetros de avaliação

Nível de Desenvolvimento

Classificação	Resultado Parcial	Observações
20		
16		
12		6. Como é que se mantém atualizado/a em termos profissionais?
8		
4		
20		
16		4. Em termos profissionais onde se imagina estar daqui por 5 anos? 5. Relate-nos uma situação em que tenha sido confrontado/a com diferentes pontos de vista. Como reagiu?
12		
8		
4		
20		
16		
12		
8		
4		

0,000

EPS = (VAP+ACC+EP) / 3

Procedimento concursal comum Especialista de Informática USI

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Nome Candidato	1º método (PC)	2º método (AC)	3º método (EPS)	Nota Final 40% PC + 30% AC + 30% EPS
				0.00
				0.00
				0.00
				0.00

Handwritten signature and initials in blue ink.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS (HA)

Mestrado em Informática - 20 valores;
Licenciatura no domínio da Informática - 19 valores;

FORMAÇÃO PROFISSIONAL (FP)

Pós-Graduação na área, 3 valores;
Ações de formação com duração superior a 30 horas, 2 valores;
Ações de formação com duração igual ou inferior a 30 horas, 1 valor;
As ações de formação cuja duração é expressa em dias, aplica-se a escala de conversão de 1 dia/7 horas;
No caso de não ser referida a duração da ação de formação no respetivo certificado, a mesma será pontuada como ação com duração inferior a 30 horas;

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)

EP = Q + R + D

- **Qualidade da Experiência (Q)** - de 0 a 16 valores, resultando a valoração desta, do somatório das seguintes pontuações parcelares, convertendo-se para o limite máximo de 16 valores eventuais pontuações superiores:

- 1) Administração de SGBD Microsoft SQL Server 2012 ou superior (0/3 valores);
- 2) SQL (DML e DDL) e Modelação em UML: Diagrama de Classes (0/3 valores);
- 3) Experiência em gestão de projeto - Metodologias Ágile (0/4 valores);
- 4) Administração de Sistemas Plataforma Microsoft Windows (0/3 valores);
- 5) Ausência de experiência nas áreas antecedentes (0 valores);

- À pontuação obtida em Q, acrescerá a pontuação de 0 a 3 valores, pela seguinte forma, segundo a **Relevância dos Trabalhos Realizados (R)**:

- 1) *Nível Relevante* - Realização de trabalhos de especial relevo e complexidade em qualquer das áreas elencadas nos números 1) a 4) antecedentes do subfactor Q - 0/3 valores;

Planeamento

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Aviso

Concurso interno de ingresso para preenchimento de 2 postos de trabalho da carreira não revista de Especialista de Informática com a categoria de Especialista de Informática do grau 1, nível 2, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a Unidade de Sistemas de Informação

1 — Procedimento concursal: Nos termos do disposto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, e no artigo 27.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, torna -se público que, por meu despacho de 13 de julho de 2020, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente Aviso no Diário da República, concurso interno de ingresso com vista ao preenchimento de dois postos de trabalho da carreira não revista de Especialista de Informática e categoria de Especialista de Informática do grau 1, nível 2, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. para exercício de funções na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Em cumprimento do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e do artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi ouvida a entidade gestora do sistema de valorização profissional (INA), que em 13 de julho de 2020, declarou a inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.

3 - Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos seguintes diplomas:

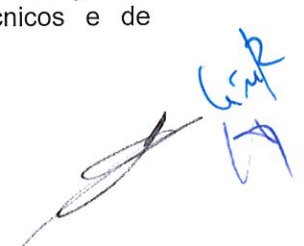
Constituição da República Portuguesa;
Código Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro);
Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho;
Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março;
Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril;
Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro;
N.º 10 do artigo 20.º da Portaria n.º 125 A/2019, de 30 de abril, ex vi subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

4 — Prazo de validade: O presente concurso tem o prazo de validade de um ano, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, e destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho vagos e existentes à data da sua abertura, bem como aos que vieram a vagar até ao termo do seu prazo de validade.

5 — Local de trabalho: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., sita na Avenida 5 de Outubro n.º 153, em Lisboa.

6 — Caracterização dos postos de trabalho a ocupar: Desempenho de funções na Unidade de Sistemas de Informação da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. com a seguinte caracterização:

- a) O trabalhador desempenhará funções na área do desenvolvimento e implementação de sistemas de aplicativos, nomeadamente análise de requisitos técnicos e de



desenvolvimento de aplicações orientadas para a WEB com recurso a linguagens de programação orientadas a objetos;

- b) Acompanhamento da gestão de projetos de Business Intelligence (BI);
- c) Acompanhamento de equipas de outsourcing ao nível da especificação, criação e gestão de ambientes computacionais;
- d) Colaboração com a equipa de suporte aos SI da Agência, I.P. através da receção, análise e resolução pedidos de assistência com recurso a ferramentas específicas;
- e) Manutenção da documentação no âmbito da Gestão de Projeto da Agência, I.P.

6.1 - As tarefas a desempenhar inerentes aos postos de trabalho são:

- a) Analisar, levantar requisitos, projetar, desenvolver e documentar funcionalidades, assegurando a sua integração com os sistemas de informação existentes;
- b) Participar na Gestão de Projetos de Business Intelligence (BI);
- c) Implementar boas práticas nas áreas da segurança e disponibilidade de acordo com as melhores práticas e standards internacionais;
- d) Help Desk, Troubleshooting e análise de pedidos de suporte.

7 – Posicionamento remuneratório: A remuneração será fixada nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

8 — Requisitos de admissão: Podem candidatar-se ao presente concurso os trabalhadores que sejam detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, previamente constituído, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP e que reúnam os seguintes requisitos gerais e especiais:

8.1 — Requisitos gerais enunciados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, e artigo 17.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Declaração de não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- e) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais (habilitações académicas): Os candidatos deverão ser detentores de licenciatura no domínio da informática conforme estatuído na alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

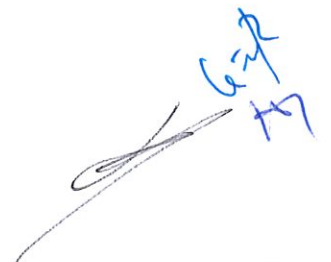
Não são admitidos candidatos detentores de formação ou experiência profissional substitutiva daquele grau académico.

8.3 — Requisitos preferenciais: Os candidatos devem ainda possuir conhecimentos e experiência em administração de infraestruturas baseadas em Windows Server e de Base de Dados SQL Server.

8.4 — Apenas são admitidos a concurso os candidatos que preencham, cumulativamente, os requisitos gerais e especiais de admissão.

8.5. Os candidatos devem reunir os requisitos, gerais e especiais, até ao último dia do prazo de candidatura nos termos do n.º 3 do artigo 29.º do citado Decreto-Lei n.º 204/98.

8.6 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.



8.7 — Os candidatos colocados em requalificação têm prioridade no preenchimento do posto de trabalho, por força do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 37.º da LTFP.

9 — Formalização de candidaturas

9.1 — As candidaturas devem ser formalizadas, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, através do preenchimento do formulário tipo aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 29 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, (publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio de 2009), disponível na página eletrónica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. em www.adcoesao.pt que deverá ser devidamente preenchido e assinado e podem ser entregues por uma das seguintes formas:

- a) Por via eletrónica para o email recrutamento_USI_2020@adcoesao.pt
- b) Diretamente nas instalações da Agência, I.P., sitas na Avenida 5 de Outubro, n.º 153, 1050-053 Lisboa, no horário de atendimento ao público: das 10:30h às 12:30h e das 14:00h às 16:00h;
- c) Através do envio, por correio registado com aviso de receção, para a morada indicada, em envelope fechado, com a seguinte referência: "Concurso interno de ingresso para preenchimento de 2 postos de trabalho da carreira especial de especialista de informática com a categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2, do mapa de pessoal da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a USI".

9.2 — Documentação: O formulário deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Curriculum vitae, detalhado e atualizado, datado e assinado, onde conste as funções que já exerceu e as que exerce, com indicação dos respetivos períodos de tempo e as atividades relevantes;
- b) Documento comprovativo das habilitações académicas;
- c) Fotocópia dos certificados comprovativos das habilitações profissionais (especializações, seminários, cursos e ações de formação realizados, com a indicação das respetivas durações);
- d) Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada e autenticada (com data reportada ao prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas), da qual conste, de forma inequívoca:
A modalidade da relação jurídica de emprego público que detém;
A carreira e a categoria, bem como a posição remuneratória detidas;
A antiguidade na função pública, na carreira e na categoria;
As avaliações de desempenho, com menção qualitativa e quantitativa, relativas aos últimos três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atividades idênticas às do posto de trabalho a ocupar e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto;
- e) Declaração de conteúdo funcional, emitida pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente detalhada, atualizada e autenticada (com data reportada ao prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas), da qual constem as atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa, bem como a data a partir da qual as exerce;
- f) Os documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão a concurso, referidos nas alíneas a) a e) do n.º 8.1 do presente aviso, podem ser dispensados desde que, no próprio requerimento de candidatura, previsto no n.º 9.1 do presente aviso, os candidatos declarem, sob compromisso de honra, que reúnem esses requisitos.

9.3 — Os candidatos podem ainda apresentar, querendo, quaisquer documentos que considerem ser suscetíveis de influir na apreciação do seu mérito.

9.4 — As falsas declarações são puníveis nos termos da lei.

10 — O Júri pode exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

11 — Métodos de seleção:

Prova de Conhecimentos (eliminatória);

Avaliação Curricular (eliminatória);

Entrevista Profissional de Seleção.

11.1 — Valoração dos métodos de seleção: Na valoração dos métodos de seleção referidos é utilizada a escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada método, sendo a classificação final obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = 0,40 PC + 0,30 AC + 0,30 EPS$$

em que:

CF = Classificação Final

PC = Prova de Conhecimentos

AC = Avaliação Curricular

EPS = Entrevista Profissional de Seleção

11.2 — Prova de Conhecimentos: A Prova de Conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos, necessários ao exercício das funções correspondentes à caracterização do posto de trabalho a ocupar.

A Prova de Conhecimentos tem a duração máxima de 90 minutos, reveste a forma escrita, assume natureza teórica e é de realização individual, sem possibilidade de consulta de legislação de bibliografia ou qualquer outra documentação incluindo em suporte digital.

A Prova de Conhecimentos incide sobre as seguintes temáticas:

- a) Orgânica e atribuições da Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.
- b) Administração e gestão de base de dados SQL Server
- c) SQL (DML e DDL) interpretação de scripts
- d) Metodologias de gestão de projeto

A legislação e a bibliografia recomendadas para a sua realização são as seguintes:

Legislação:

- a) Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro
- b) Portaria n.º 351/2013, de 4 de dezembro
- c) Orgânica da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro
- d) Estatutos da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., aprovados pela Portaria n.º 351/2013, de 4 de dezembro
- e) Modelo de Governação dos FEEI – Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro

Bibliografia:

Gouveia, F., (2014), Fundamentos de Bases de Dados, FCA – Editora de Informática, Lda.

Magalhães, A., (2015), SQL Server 2014 - Curso Completo, FCA – Editora de Informática, Lda.

Santos, M., Ramos, I., (2009), Business Intelligence - Tecnologias da Informação na Gestão de Conhecimento, FCA – Editora de Informática, Lda.

Martin, J.R., Navas, (2008), Engenharia de Gestão de Projetos, FCA – Editora de Informática, Lda.

11.3 — Avaliação Curricular: A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

A Avaliação Curricular é valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, e são considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a fixar pelo júri, sendo obrigatoriamente considerados os seguintes:

- a) A habilitação académica;
- b) A formação profissional, considerando -se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;
- c) A experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas;

d) A avaliação do desempenho, caso aplicável, relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar.

11.4 - Entrevista Profissional de Seleção: A entrevista profissional de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o Júri e o candidato, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

11.5 - Em caso de igualdade de classificação, constituem fatores de preferência os referidos no n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

12 - Atas do júri: As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

13 - Candidatos aprovados e excluídos: Constituem motivos de exclusão dos candidatos a não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão exigíveis nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho e constantes do aviso de abertura. Constituem ainda motivos de exclusão a não comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção e a obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer método de seleção aplicado, não sendo, neste caso, aplicados o ou os métodos de seleção seguintes.

14 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, publicitada na página eletrónica da Agência, I.P. no endereço www.adcoesao.pt.

15 - Os candidatos admitidos são convocados para a realização dos métodos de seleção, por notificação, nos termos previstos no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho. A notificação indicará o dia, hora e local da realização dos métodos de seleção.

16 - Composição e identificação do júri:

Presidente: João Manuel Cordeiro Morgado, Diretor da Unidade de Sistemas de Informação;
1º vogal efetivo: César Gaspar Melo da Rosa, Coordenador do Núcleo Sistema de Informação Acordo de Parceria da Unidade de Sistemas de Informação;

2º vogal efetivo: António Manuel Graça Lopes Miguéns, Coordenador do Sistema de Informação FSE da Unidade de Sistemas de Informação;

1º vogal suplente: Carla Cristina Florêncio da Rocha Rodrigues, Coordenadora de Gestão de Recursos Humanos da Unidade de Gestão Institucional;

2º vogal suplente: Andreia Sofia Pimenta Duque, Técnica Superior do Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Unidade de Gestão Institucional.

17 - Publicitação de resultados: as listas dos candidatos admitidos e a de classificação final serão publicitadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, e divulgadas na página eletrónica da Agência, I.P. em www.adcoesao.pt

18 - O Estágio para ingresso nas carreiras de informática tem carácter probatório e a duração de seis meses, nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

19 - O presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), a partir do 1.º dia útil seguinte à publicação no Diário da República, na página eletrónica da Agência, I.P. no endereço eletrónico www.adcoesao.pt e por extrato, no prazo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

20 - Nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

4 de agosto de 2020 — O Presidente do Conselho Diretivo, António Costa Dieb

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name.